

CONTABILIDADE

- 01- O procedimento de segregar o patrimônio da empresa avaliada do patrimônio de seus sócios está fundamentado no conceito da
- entidade
 - identidade
 - prudência
 - materialidade
 - relatividade
- 02- Em economias nas quais a flutuação de preços ocorra de forma constante, o critério de apreçamento de estoques que resultará em valores de estoque final mais próximos dos preços praticados no mercado é:
- Último que entra primeiro que sai
 - Média ponderada móvel
 - Média ponderada fixa
 - Primeiro que entra último que sai
 - Primeiro que entra primeiro que sai
- 03- Os juros e demais encargos financeiros decorrentes de financiamentos para a construção de bens imobilizados são:
- Registrados em conta destacada, que evidencie sua natureza, e classificados no mesmo grupo do ativo que lhe deu origem
 - Levados ao resultado do exercício no período em que forem pagos ou provisionados de acordo com a competência de exercício
 - Inscritos em uma conta do Diferido e levados ao resultado do exercício de acordo com a taxa de retorno esperada
 - Computados como despesas financeiras no período em que ocorrer o seu efetivo pagamento
 - Computados em conta específica do grupo Resultado de Exercícios Futuros e apropriados ao resultado em até 5 anos
- 04- Comparando-se o conceito do Ativo Permanente Diferido com o das Despesas Antecipadas, pode-se dizer que
- O Diferido é formado por despesas já incorridas e não pagas que afetam exclusivamente o Passivo Circulante
 - As Despesas Antecipadas são formadas por despesas incorridas e não pagas que afetam o Passivo Circulante e o Exigível de Longo Prazo
 - As Despesas Antecipadas registram despesas pagas e não incorridas e o Diferido é formado por despesas já incorridas
 - As Despesas Antecipadas alteram o Resultado Não-Operacional e o Diferido o Resultado Operacional
 - O Diferido afeta os resultados do exercício através de amortizações baseadas em estimativas e as Despesas Antecipadas quando são pagas
- 05- Quando uma companhia aberta opta por reverter as reavaliações anteriormente registradas retornando ao critério do custo corrigido, este procedimento deve ser:
- Autorizado pelas empresas do conglomerado
 - Aprovado pela Assembléia Geral de acionistas
 - Registrado apenas pelas empresas controladoras
 - Inscrito como Resultado de Exercícios Futuros
 - Recomendado como obrigatório para as suas coligadas
- 06- Assinale a opção correta.
- A Reavaliação dos Ativos tem como base técnica a atualização monetária do custo histórico.
 - Apenas nas companhias abertas é que o processo de Reavaliação pode ser feito em todos os elementos do ativo.
 - No Brasil o processo de Reavaliação dos Ativos é obrigatório para todos os tipos de sociedades, incidindo sobre todos os Ativos Permanentes.
 - No processo de Reavaliação dos Ativos, o laudo de avaliação deve conter, entre outros elementos, a vida útil remanescente do bem avaliado.
 - Se a Participação Societária for relevante, torna-se facultativo à investidora reconhecer os efeitos da Reavaliação efetuada pela investida.

07- Na avaliação dos Ativos a valores de saída, os conceitos utilizados são:

- a) custo líquido de realização e custo histórico corrigido
- b) custo de reposição e valor do custo histórico corrigido
- c) valor corrente corrigido e valor de reavaliação
- d) valor de reposição e fluxo de caixa descontado
- e) valor de realização e fluxo de caixa descontado

08- Na elaboração do fluxo financeiro de uma empresa, as despesas provisionadas constantes da demonstração de resultado:

- a) Afetam o fluxo de caixa quando registradas no passivo de longo prazo e no permanente
- b) Representam origens de recursos quando registradas fora dos resultados de exercício
- c) São consideradas como aplicações de recursos se registradas no Imobilizado e Diferido
- d) Não interferem na composição do fluxo de caixa por não representarem desembolsos
- e) Representam aumento dos investimentos não operacionais afetando diretamente o Fluxo dos Caixas

AUDITORIA

09- A NBC-P-1 Normas Profissionais de Auditor Independente prevê algumas hipóteses de conflito de interesses que, se ocorrerem no período a que se refere a auditoria ou durante a execução dos serviços, em relação à entidade auditada, o auditor deve recusar o trabalho de auditoria independente de demonstrações contábeis. Assinale a opção que não é prevista na citada norma.

- a) Participação direta ou indireta como acionista ou sócio.
- b) Fixados honorários incompatíveis com a natureza do trabalho contratado.
- c) Vínculo de parentesco consanguíneo em linha reta, sem limites de grau.
- d) Relação de trabalho como empregado nos cinco últimos anos.
- e) Função incompatível com a atividade de auditoria independente.

10- O documento emitido pelos administradores da entidade auditada e endereçado ao auditor independente, confirmando as informações e dados fornecidos ao auditor, as bases de preparação, apresentação e divulgação das demonstrações contábeis submetidas à auditoria, denomina-se:

- a) Confirmação de Partes Relacionadas
- b) Circularização de Partes Relacionadas
- c) Carta de Responsabilidade da Administração
- d) Carta de Proposta de Auditoria
- e) Carta de Resposta da Administração

11- De acordo com a Instrução CVM nº 308/99, a rotatividade na prestação de serviços de auditoria de demonstrações contábeis para a mesma entidade realizada por auditor independente deve ocorrer, no máximo, a cada:

- a) três anos consecutivos, com intervalo mínimo de cinco anos para a sua recontração
- b) cinco anos consecutivos, com intervalo mínimo de dois anos para a sua recontração
- c) três anos consecutivos, com intervalo mínimo de três anos para a sua recontração
- d) quatro anos consecutivos, com intervalo mínimo de dois anos para a sua recontração
- e) cinco anos consecutivos, com intervalo mínimo de três anos para a sua recontração

12- Nos trabalhos de Revisão Especial das Informações Trimestrais (ITR) das Companhias Abertas, o auditor independente não realizou procedimentos de confirmação junto aos consultores legais, mas somente indagou aos administradores da companhia quanto à existência de litígios que poderiam representar ativos ou passivos contingentes. Assinale a opção correta, de acordo com as normas do Instituto Brasileiro de Contadores - Ibracon.

- a) As confirmações de consultores legais devem ser obtidas na forma “positiva”, a cada revisão trimestral das ITRs, conforme previsto nas normas do Ibracon.
- b) A obtenção de confirmações de consultores legais deve ser obtida a cada revisão trimestral das ITRs, de acordo com expressa previsão das normas do Ibracon.
- c) A obtenção de confirmações de consultores legais não está contemplada nas normas do Ibracon como procedimento básico de auditoria por ser adotado na revisão das ITRs.
- d) As confirmações de consultores legais devem ser obtidas na forma “negativa”, a cada revisão trimestral das ITRs, conforme previsto nas normas do Ibracon.
- e) O relatório do auditor independente sobre a revisão especial das ITRs, nesse caso, deve ser emitido com ressalva de limitação na extensão dos trabalhos.

13- As verificações da existência de limites de autoridades e responsabilidades definidos, de segregação de funções, de limites de acesso físico a ativos e registros contábeis, são alguns procedimentos aplicados pelo auditor independente de demonstrações contábeis com a finalidade principal de

- a) avaliar o ambiente de controle
- b) determinar o risco de detecção
- c) elaborar relatório de recomendações
- d) emitir relatório de revisão das ITRs
- e) identificar partes relacionadas

14- Assinale a opção falsa.

- a) O auditor poderá expressar opinião sobre demonstrações contábeis apresentadas de forma condensada, desde que tenha emitido opinião sobre as demonstrações contábeis originais.
- b) Sempre que o nome do auditor estiver associado com demonstrações contábeis que ele não auditou, estas devem ser claramente identificadas como “não auditadas”, em cada folha do conjunto.
- c) O auditor independente deve incluir no seu parecer informações consideradas relevantes para adequada interpretação das demonstrações contábeis, ainda que já divulgadas pela entidade.
- d) Se outro auditor independente emitir parecer sobre as demonstrações contábeis de controlada relevante, o auditor independente da controladora deve destacar esse fato no seu parecer.
- e) A abstenção de opinião em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto elimina a responsabilidade do auditor de mencionar, no parecer, qualquer desvio relevante constatado.

15- Um auditor foi contratado para opinar somente sobre o balanço patrimonial e não sobre as demais demonstrações contábeis. A entidade auditada não impôs nenhuma restrição de acesso às informações, registros e dados contábeis. Todos os procedimentos de auditoria necessários nas circunstâncias foram possíveis. Nesta situação,

- a) caracteriza-se uma limitação na extensão dos trabalhos
- b) configura-se somente um trabalho de auditoria de objetivo limitado
- c) o auditor deve recusar o trabalho, seguindo o Código de Ética do Contabilista
- d) o auditor pode aceitar o trabalho, desde que emita parecer com ressalva
- e) o relatório do auditor será emitido na denominada “forma longa”

DIREITO SOCIETÁRIO E ESTRUTURA DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

- 16- A companhia é tipo de contrato que, diversamente de outros, tem como principal característica
- a) a possibilidade de alteração das bases do negócio por maioria de interessados
 - b) a correspectividade das prestações pecuniárias dos membros
 - c) a personificação
 - d) ser *intuitu personae*
 - e) a estrutura complexa
- 17- A administração das companhias e sociedades limitadas se confunde por:
- a) adotarem a forma dual de administração
 - b) comportarem a delegação estatutária e contratual na forma auto-organicista de administração
 - c) comportarem delegação estatutária e contratual na forma hetero-organicista de administração
 - d) caber aos administradores o exercício de poderes originários
 - e) terem os sócios o monopólio da administração
- 18- Nas companhias abertas, os administradores devem, prioritariamente,
- a) administrar a empresa visando aumento dos lucros para distribuição ou capitalização
 - b) evitar danos ambientais mesmo em detrimento dos resultados
 - c) reduzir o capital exuberante mediante o cancelamento das ações que confirmam aos titulares maiores participações nos resultados
 - d) garantir e aumentar a oferta de empregos no local em que esteja a sede social
 - e) manter em funcionamento unidades industriais em áreas urbanas
- 19- A função das opções de compra de ações é:
- a) facilitar a emissão de novas ações
 - b) dar liquidez às ações em circulação pelo aumento da oferta
 - c) premiar investidores
 - d) estimular empregados a agir em benefício da sociedade
 - e) justificar a criação de sociedades de capital autorizado
- 20- A redução das hipóteses de exercício do direito de recesso reflete o reconhecimento de
- a) que a maioria detém o poder nas companhias
 - b) que o interesse social se confunde com o da maioria
 - c) que a maioria oprime a minoria de forma absoluta
 - d) alteração da estrutura da organização societária
 - e) que o recesso é opção de política legislativa
- 21- Embora o direito brasileiro, em princípio, não admita contratos de uma só pessoa, a subsidiária integral, sociedade unipessoal, foi introduzida no sistema societário para
- a) dispensar a realização de assembleias gerais, pois só há um acionista
 - b) facilitar a separação patrimonial criando diferentes centros de imputação
 - c) dar mais agilidade à administração de diferentes patrimônios
 - d) criar patrimônios autônomos e independentes
 - e) seguir a tendência mundial
- 22- O direito de recesso, forma de declaração unilateral de vontade, é concebido para
- a) definir forma de manifestação especial dos acionistas titulares de ações ordinárias
 - b) tutelar as minorias descontentes com o resultado das decisões assembleares
 - c) facilitar a tomada de deliberações societárias por maioria
 - d) facilitar a circulação de ações

- e) promover a rescisão unilateral do vínculo associativo
- 23- A qualificação jurídica de valor mobiliário, no plano dos documentos, os considera como:
- abstratos e representativos de direitos
 - atípicos e causais
 - indicativos da titularidade de segundo grau sobre os bens sociais
 - cambiariformes quanto ao sistema de circulação
 - representativos de participação em risco
- 24- A relação entre risco e retorno aplicada às ações emitidas por companhias em que o estatuto preveja a divisão do lucro igualmente entre ações ordinárias e preferenciais faz com que o(a)
- risco das ordinárias seja superior ao das preferenciais
 - risco de ambas seja idêntico
 - risco das preferenciais seja maior do que o das ordinárias
 - relação entre lucro e dividendos seja indiferente para qualquer acionista
 - relação seja não relevante na decisão de investir
- 25- O processo de globalização da economia provoca o seguinte fenômeno:
- reduz a volatilidade do preço dos valores mobiliários negociados nas Bolsas
 - as demonstrações financeiras tendem a se uniformizar
 - a multiplicidade de bolsas nos diferentes países é a regra
 - reduz a correlação entre resultados com operações nas bolsas de New York e São Paulo
 - a concentração de negócios com poucas ações diminui
- 26- Legitimação e titularidade são conceitos que indicam posição jurídica em que há
- exercício e poder de disposição do direito
 - poder absoluto de disposição do direito
 - poder absoluto de exercício do direito
 - exercício sem poder de disposição do direito
 - poder de disposição do direito sem seu exercício
- 27- A publicação de balanços auditados que recai sobre as companhias abertas contribui para:
- criar instrumentos decisórios no que concerne a investimentos sociais
 - transmitir, de forma numérica, o processo administrativo
 - permitir questionar a ação administrativa em curso
 - reduzir a assimetria informacional e avaliar a ação administrativa
 - impulsionar setores da economia pela comparação entre resultados de companhias que operam no mesmo mercado
- 28- As corretoras e distribuidoras de valores mobiliários, ao agirem no mercado,
- representam interesses de clientes e por isso não têm responsabilidade pela liquidação da operação
 - representam carteiras próprias e por isso respondem pela liquidação da operação
 - devem explicar aos demais operadores por que vendem ou compram determinados valores mobiliários
 - devem comunicar à Bolsa, ao Banco Central e ao mercado, em nome de quem operam para elidir responsabilidades
 - funcionam como comissários mercantis, respondendo pelas declarações que fizerem
- 29- Compete à Comissão de Valores Mobiliários fiscalizar a emissão de
- todos e quaisquer títulos emitidos por companhias abertas para negociação no mercado de balcão
 - todos e quaisquer títulos emitidos por companhias abertas para negociação no mercado
 - títulos admitidos à negociação nos mercados de bolsa ou balcão
 - títulos emitidos por sociedades ligadas ao Sistema Financeiro Nacional

e) ações e debêntures emitidas por companhias

30- As operações contratadas em bolsa de valores facilitam a(o)

- a) transferência de riscos
- b) fungibilidade de sócios
- c) contratação a termo
- d) cancelamento da execução de operações contratadas
- e) captação de recursos nos mercados a termo

31- A emissão de valores mobiliários em oferta pública deve ser aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários a quem cabe analisar a

- a) necessidade dos recursos visados pela companhia emitente
- b) posterior aplicação dos recursos nos projetos submetidos àquela Comissão
- c) veracidade das informações prestadas ao mercado
- d) forma pela qual as informações são absorvidas pelo mercado
- e) capacidade dos administradores responsáveis pela emissão

32- Denomina-se operação no mercado primário

- a) aquela que reflete a cessão de ações entre acionistas da mesma companhia para seu fechamento.
- b) a emissão de ações em virtude de aumento de capital.
- c) a negociação de opções de compra de ações das companhias de capital autorizado entregues a seus empregados como prêmio.
- d) a emissão de ações para aumento de capital por incorporação de lucros.
- e) a cessão de debêntures entre instituições financeiras.

33- A presença de especuladores nos mercados de Bolsa

- a) deve ser coibida como maléfica
- b) resulta de lacuna legal e não pode ser evitada
- c) é inibida pelas normas que impõem o dever de informar
- d) é importante por gerar liquidez nos mercados
- e) é objeto de regras desenhadas pelas Bolsas no exercício de seu poder regulamentar

34- O mercado primário de valores mobiliários destina-se a

- a) facilitar a captação de recursos para o funcionamento da sociedade
- b) facilitar a formação de preço das ações
- c) garantir a liquidez de valores mobiliários
- d) facilitar a concentração de posições acionárias
- e) facilitar a avaliação da gestão administrativa

35- A exigência de divulgação de informações para o mercado é

- a) resultado da influência do sistema norte-americano
- b) exigência de investidores
- c) fundamental para a eficiência dos mercados
- d) prática administrativa que foi recepcionada pelo legislador
- e) forma de limitar a responsabilidade de administradores e controladores

DIREITO:

CONSTITUCIONAL

36- Assinale a opção correta.

- a) A Constituição estabelece que apenas as pessoas jurídicas de direito público assumem, perante terceiros, responsabilidade objetiva pelos danos que lhes causarem.
- b) Os danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público, quando não estejam atuando nessa qualidade, não induzem a responsabilidade civil do Estado.

- c) Os danos ressarcidos pelo Estado, por conta da sua responsabilidade civil, somente podem ser cobrados do agente que os causou quando este houver se comportado dolosamente.
- d) Somente o dano causado ao particular por ato ilícito de agente da Administração Pública pode gerar a responsabilidade civil do Estado.
- e) A Administração Pública responde civilmente por danos causados a terceiros por atos comissivos seus – não respondendo, entretanto, pelos prejuízos ligados a omissões da própria Administração.

37- Uma autoridade proibiu que João ingressasse em certa repartição pública, onde João pretendia tratar de assunto do seu interesse. De que garantia constitucional pode-se valer João para desafiá-lo em juízo a ordem que lhe parece injusta?

- a) Mandado de segurança
- b) Mandado de injunção
- c) *Habeas data*
- d) *Habeas corpus*
- e) Ação popular

Nas questões 38 a 41, assinale a opção correta.

- 38- a) O direito de reunião somente pode ser exercido depois de obtida autorização da autoridade administrativa competente.
- b) Em caso nenhum a polícia pode entrar na casa de alguém sem o seu consentimento ou sem mandado judicial.
- c) Tanto no processo penal, como também no processo cível ou administrativo são inadmissíveis as provas obtidas por meios ilícitos.
- d) A expressão pública de opiniões sobre outras pessoas, mesmo que ofensiva e degradante, nunca constitui ato ilícito, uma vez que a Constituição proíbe a censura.
- e) Somente o juiz e o membro do Ministério Público têm competência para decretar a prisão de indivíduos, que tenha por finalidade assegurar o andamento do processo penal.

- 39- a) Emenda à Constituição é o instrumento normativo apto para livremente modificar qualquer norma da Constituição Federal.
- b) Cláusulas pétreas são normas constantes da Constituição que somente podem ser alteradas por 3/5 dos membros de cada uma das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação em cada qual.
- c) As leis complementares são votadas pelo Congresso Nacional com os mesmos requisitos formais exigidos para a elaboração de uma Emenda à Constituição.
- d) Medidas provisórias podem ser editadas pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, por expressa delegação do Presidente da República, para tratamento de assunto afeto à competência do Judiciário.
- e) O Congresso Nacional tem competência para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

- 40- a) O Senado é composto por representantes dos Estados-membros e do Distrito Federal, eleitos segundo o sistema proporcional.
- b) Todas as deliberações do Congresso Nacional submetem-se à sanção ou ao veto do Presidente da República.
- c) O Presidente da República pode vetar a Emenda à Constituição que lhe parecer não ter cumprido requisitos de forma obrigatórios.
- d) O Tribunal de Contas da União tem competência para anular todo contrato que lhe pareça lesivo ao interesse público, em decisão insusceptível de revisão judiciária.
- e) Cabe ao Congresso Nacional, e não ao Tribunal de Contas da União, julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República.

- 41- a) O Estado-membro pode instituir imposto sobre o patrimônio da União localizado no seu território.
- b) Os templos de qualquer culto estão imunes a toda espécie de impostos e de taxas.
- c) O patrimônio, a renda e os serviços dos partidos políticos estão sujeitos a todo imposto de caráter geral.
- d) Certos impostos admitem que suas alíquotas sejam majoradas por ato do Poder Executivo.

- e) Por meio de lei ordinária, a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir outros tributos não previstos na Constituição Federal, desde que não sejam cumulativos.

ADMINISTRATIVO

42- A Administração Pública, a que o legislador constituinte de 1988 dedicou todo um Capítulo, ao tratar da organização do Estado, para submetê-la à observância necessária dos princípios fundamentais da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade

- a) restringe-se ao Poder Executivo Federal.
- b) restringe-se aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário Federais.
- c) restringe-se aos Poderes Executivos Federal, Estaduais e Municipais.
- d) abrange órgãos e entidades dos Três Poderes da União, dos Estados e dos Municípios.
- e) abrange órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, com suas subsidiárias, sociedades controladas e concessionárias dos seus serviços públicos.

43- O ato administrativo, em sentido próprio, que goza da presunção de legalidade e tem o atributo da auto-executoriedade, é aquele praticado por

- a) autoridade dirigente de órgãos e entidades da Administração Pública.
- b) autoridade competente de órgão público.
- c) qualquer autoridade da Administração Direta ou Indireta.
- d) qualquer agente da Administração Direta ou Indireta.

- e) autoridade competente ou dirigente de órgãos e entidades da Administração Pública, de suas subsidiárias, sociedades controladas e concessionárias de serviços públicos.

44- O mesmo ato, que demite um servidor público, pode ser expedido pela autoridade administrativa competente, com manifestação simultânea, predominantemente, dos seus poderes

- a) discricionário, regulamentar e disciplinar
- b) vinculado, discricionário e de polícia
- c) discricionário, regulamentar e de polícia
- d) vinculado, hierárquico e disciplinar
- e) hierárquico, regulamentar e disciplinar

45- A diferença fundamental existente entre órgãos públicos e entidades da Administração Indireta Federal gira em torno de terem ou não

- a) autonomia administrativa
- b) personalidade jurídica
- c) poder de polícia
- d) sujeição ao controle externo
- e) sujeição ao princípio da legalidade

46- A Administração Pública deve anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

- a) Correta a assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque tais atos só podem ser anulados mediante decisão judicial.
- c) Incorreta a assertiva, porque a anulação e a revogação não precisam respeitar direitos adquiridos.
- d) Incorreta a assertiva, porque a anulação depende dos motivos de conveniência e oportunidade.
- e) Incorreta a assertiva, porque o vício de legalidade é que justifica a revogação do ato.

47- A proibição constitucional de acumular cargos, empregos e funções no setor público é compreendida como

- a) restrita ao âmbito da Administração Direta.
- b) restrita ao âmbito da União ou de cada um dos Estados.
- c) não alcançando os inativos nem os militares.
- d) abrangente de toda Administração Direta e Indireta da União, dos Estados e dos Municípios, com suas subsidiárias, sociedades controladas e concessionárias de serviço público.
- e) abrangente de toda Administração Pública Direta e Indireta dos Três Poderes e nas diversas esferas de governo (federal, estaduais e municipais).

48- O controle externo da Administração Pública, como tal previsto na Constituição Federal, no que concerne às funções institucionais do Tribunal de Contas da União,

- a) não alcança os atos de admissão de pessoal do Poder Legislativo.
- b) não alcança os atos de admissão de pessoal nem o exame das tomadas de contas do Poder Legislativo.
- c) não alcança os atos de admissão de pessoal da Administração Pública Indireta.
- d) alcança os atos de aposentadoria e demissão do pessoal da Administração Pública Indireta.
- e) alcança os atos de admissão de pessoal da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

49- Sob a alegação de que não conhece a lei,

- a) os analfabetos estão isentos de cumpri-la.
- b) os deficientes físicos estão isentos de cumpri-la.
- c) qualquer pessoa pode escusar-se de cumpri-la.

- d) ninguém pode escusar-se de cumpri-la.
- e) quem provar o desconhecimento pode escusar-se de cumpri-la.

50- As pessoas jurídicas de direito público são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes e/ou representantes que nessa qualidade causarem danos a terceiros, procedendo de modo contrário ao direito ou faltando a dever prescrito por lei, ressalvado o direito regressivo contra o respectivo responsável, se agiu com dolo ou culpa.

- a) Correta a assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque só haverá responsabilidade civil se for comprovada culpa do agente e/ou representante.
- c) Incorreta a assertiva, porque em tais casos não cabe o direito de regresso contra o responsável, mesmo no caso de dolo ou culpa.
- d) Incorreta a assertiva, porque a responsabilidade civil da pessoa jurídica independe da circunstância de ter o seu agente ou responsável agido nessa condição.
- e) Incorreta a assertiva, porque as pessoas jurídicas de direito público não respondem civilmente pelos danos causados a terceiros por seus agentes ou representantes, mesmo no caso de culpa ou dolo.

DIREITO:

CIVIL

Nas questões 51 a 53, assinale a opção correta.

- 51- a) Na proteção que dispensa aos incapazes o direito brasileiro inclui o benefício de restituição.
- b) Consideram-se imóveis os materiais separados de um prédio, mas que serão nele mesmo reutilizados.
- c) O domicílio de eleição ajustado em contrato de adesão prevalece ainda que dificulte à parte aderente o acesso ao judiciário.
- d) A emancipação decorrente do exercício de emprego público efetivo independe de o menor ter completado dezoito anos.
- e) A hipoteca, no direito brasileiro, recai exclusivamente em bens imóveis por natureza.

- 52- a) Havendo erro quanto à pessoa o juiz, ao tomar conhecimento do negócio jurídico, pode pronunciar incidentalmente a sua invalidade.
- b) A exceção de contrato não cumprido é irrenunciável.
- c) A responsabilidade do proprietário na hipótese de queda, em lugar indevido, de coisas colocadas em sua casa, independe de culpa.
- d) No direito brasileiro, havendo comoriência, presume-se que o comoriente de maior idade precedeu ao de menor idade.
- e) No contrato de fiança o fiador sempre pode invocar o benefício de ordem.

- 53- a) Há propriedade resolúvel na venda a contento sob condição suspensiva e no fideicomisso.
- b) Os contratos de depósito e de seguro são consensuais.
- c) São direitos de vizinhança gratuitos o de passagem forçada e o de madeiramento.
- d) Em caso de incêndio do prédio locado a lei presume culpado o locatário, mas este pode eximir-se da responsabilidade provando que o evento decorreu da propagação de fogo originado em outro prédio.
- e) Não pode haver bem consumível que seja infungível.

54- A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo é:

- a) empresa pública
- b) pessoa jurídica de direito público interno de administração direta
- c) pessoa jurídica de direito privado
- d) pessoa jurídica de direito público interno de administração indireta

- e) sociedade de economia mista

55- A lâmpada de um lustre é um bem acessório que, unido ao principal, forma com ele um todo. Por isso, é desprovido de existência material própria, apesar de manter sua identidade. Assim sendo, a lâmpada de um lustre poderá ser considerada como:

- a) acessão natural
- b) benfeitoria
- c) parte integrante
- d) pertença
- e) acessão artificial

56- Se as raízes e ramos de uma árvore ultrapassarem a extrema do prédio, causando incômodo à propriedade vizinha, o dono da área invadida:

- a) poderá cortá-los, até o plano vertical divisório, sem que haja necessidade de reclamar previamente ou de avisar o dono da árvore, que irá apará-la.
- b) estará autorizado, de pleno direito, a arrancar a referida árvore.
- c) deverá dar aviso-prévio ao proprietário da árvore, que irá cortar os ramos que transpõem os limites de sua propriedade, e pagar uma indenização.
- d) só poderá cortar os ramos, mediante pagamento antecipado de uma indenização de perdas e danos.
- e) apenas poderá solicitar ao proprietário da árvore que tome as necessárias providências.

57- Assinale a opção falsa.

- a) Um dos direitos do credor pignoratício é o de exigir o reforço da garantia se a coisa empenhada se deteriorar ou perecer.
- b) Não há direito à excussão da coisa hipotecada ou empenhada.
- c) Anticrese é uma convenção, mediante a qual o credor, retendo um imóvel do devedor, percebe os frutos para conseguir a soma de dinheiro emprestada, imputando na dívida e até o seu resgate, as importâncias que for recebendo.
- d) Não poderá um outro credor promover, validamente, a venda judicial do imóvel, sem citar o credor hipotecário.
- e) O fiduciante tem direito de receber do fiduciário o saldo da venda da coisa alienada, efetivada por força do inadimplemento de sua obrigação.

58- A obrigação dos proprietários de imóveis confiantes de concorrer para as despesas de construção e conservação de tapumes divisórios, pode ser considerada como:

- a) obrigação *propter rem*
- b) ônus real
- c) obrigação de direito pessoal
- d) *jus in re*
- e) obrigação com eficácia real

59- O comitente tem o direito de

- a) requerer a medição das partes já concluídas, quando a obra se constitui por etapas, presumindo-se a seu favor a verificação de tudo o que foi pago.
- b) reter a obra para assegurar o recebimento do preço.
- c) denunciar ao dono da obra os defeitos e falhas dos materiais entregues para a obra, que possam comprometer a sua execução.
- d) ceder o contrato de empreitada, desde que não seja *intuitu personae*.
- e) pedir o pagamento de materiais que foram entregues ao empreiteiro e por ele inutilizados devido à sua imperícia.

60- Assinale a opção correta.

- a) O dano moral direto consiste na lesão a um interesse tendente à satisfação ou gozo de bens jurídicos patrimoniais, que produz um menoscabo a um bem extrapatrimonial.
- b) A indenização por morte de outrem não pode ser reclamada *jure proprio*.
- c) O dano patrimonial indireto é o que causa imediatamente um prejuízo no patrimônio da vítima.
- d) O dano moral indireto consiste na lesão a um interesse que visa a satisfação ou gozo de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade ou nos atributos da pessoa.
- e) A hipoteca legal e o seguro obrigatório de responsabilidade civil constituem garantias de indenização.

PROCESSUAL CIVIL

Nas questões 61 a 65, assinale a opção correta.

- 61- a) A sociedade desprovida de personalidade jurídica não pode ser demandada em juízo.
- b) O exercício do direito à defesa oral, nas hipóteses em que está previsto em lei, não pode ser obstado pelo juiz em nenhuma hipótese.
- c) Em procedimento de jurisdição voluntária o requerente suporta o pagamento integral das despesas processuais.
- d) Ocorrendo a morte de qualquer das partes dar-se-á sempre a substituição pelo seu espólio ou pelos seus sucessores.
- e) O assistente é considerado gestor de negócios do assistido, se este for revel.

- 62- a) A qualificação jurídica dada pelo autor ao fato em que apóia sua pretensão integra a *causa petendi*.
- b) Na cumulação sucessiva eventual de pedidos, é irrelevante a vontade da parte na definição do resultado prático que se atingirá, porque na hipótese a determinação do resultado cabe exclusivamente ao órgão judicial.
- c) Na cumulação de pedidos, tanto na simples quanto na sucessiva, o valor da causa deve corresponder ao valor do maior pedido.
- d) O ato que indefere liminarmente a petição inicial tem a natureza jurídica de decisão interlocutória.
- e) Os incapazes podem ser partes e têm *legitimatío ad processum*.
- 63- a) Tornar litigioso o direito deduzido em juízo é um dos efeitos processuais da citação válida.
- b) É sempre ineficaz a confissão realizada verbalmente.
- c) O requisito do prequestionamento também se aplica à ação rescisória fundada em violação literal de disposição de lei.
- d) Os recursos interpostos nas causas de procedimento sumário devem ser julgados no Tribunal dentro de quarenta dias.
- e) Ao devedor por título executivo judicial não é lícito dar início ao processo de execução.
- 64- a) Assim como ocorre na execução de título extrajudicial regulada pelo Código de Processo Civil, na execução fiscal o executado tem o prazo de cinco dias para pagar ou garantir a execução.
- b) Na execução fiscal, o executado pode indicar à penhora bem imóvel de sua propriedade independentemente da concordância expressa do respectivo cônjuge.
- c) Na execução fiscal deve haver segundo leilão, se no primeiro não houver lance superior à avaliação.
- d) Não é necessária, na execução fiscal, a intimação pessoal do executado do dia e hora da realização do leilão.
- e) O produto da arrematação realizada em execução fiscal será entregue ao exeqüente, depois de deduzido o valor da comissão do leiloeiro.
- 65- a) A sentença, pendente de recurso, que condenou o vencido ao cumprimento de prestação que possa converter-se em dinheiro, equivale à prova literal da dívida líquida e certa para efeito de concessão de arresto.
- b) Estando a causa principal pendente de julgamento perante Tribunal, a competência será sempre deste para o processo e julgamento de eventual medida cautelar.
- c) Em ação que tenha como objeto o cumprimento de obrigação de fazer, não é cumulável a pena pecuniária cominada inicialmente pelo juiz com a indenização por perdas e danos, devida pelo prestador de serviço quando impossível a execução específica da obrigação ou a obtenção do resultado prático correspondente.
- d) O mandado de segurança impetrado contra ato praticado por órgão colegiado presidido por Ministro de Estado é da competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
- e) A sentença que julga a ação popular está sujeita ao reexame necessário, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo Tribunal.

FUNCIONAMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

- 66- Quando um acionista exerce o seu direito de subscrição ele
- a) paga à companhia para receber títulos
- b) recebe parte dos lucros da companhia em títulos
- c) recebe dinheiro da companhia em troca de seus títulos
- d) recebe parte dos lucros da companhia em dinheiro

- e) vende as ações de uma companhia
- 67- No chamado *after market*, pregão eletrônico da Bovespa, são negociadas:
- a) todas as ações do Ibovespa
 - b) somente as ações que tiveram negociação ao longo do dia no mercado normal
 - c) somente as dez ações mais negociadas na Bovespa
 - d) somente as ações que possuem opções de compra
 - e) somente as cinco ações de maior peso no Ibovespa
- 68- Assinale, entre as afirmações abaixo, a opção incorreta quanto ao funcionamento dos mercados futuros e a termo.
- a) Os contratos futuros são padronizados, somente os preços são negociados.
 - b) Os contratos a termo não são padronizados, praticamente tudo pode ser negociado.
 - c) Os contratos a termo são mais líquidos que os futuros.
 - d) A maioria dos contratos futuros é liquidada antes do vencimento.
 - e) Os mercados a termo não têm mercado para liquidação antecipada.
- 69- O exercício de uma posição de opção de Compra ou de Venda gera uma operação:
- a) a Termo
 - b) a Vista
 - c) a Futuro
 - d) opção de índice
 - e) proteção
- 70- Sobre o funcionamento do mercado de opções sobre ações, assinale a assertiva incorreta.
- a) **Exercício de opções:** É a data de registro em pregão da conversão em ações, do direito de uma opção de compra.
 - b) **Vencimento da opção:** É o dia em que se extingue o direito de uma opção.
 - c) **Lançamento de opções:** Operação de Venda do direito que dá origem às opções de compra ou venda.
 - d) **Opção coberta:** Quando a data de vencimento da opção coincide com o vencimento do índice de ações.
 - e) **Séries de opções:** Opções do mesmo tipo, sobre a mesma ação-objeto, com o mesmo mês de vencimento e o mesmo preço de exercício.
- 71- A combinação das seguintes operações: compra de um lote de cem ações seguido de venda de um lote equivalente em opções de compra e compra de uma opção de venda com um mesmo preço de exercício é equivalente a:
- a) uma operação de renda fixa, com juros prefixados
 - b) uma operação de especulação pura
 - c) venda de um contrato padrão de índices futuros
 - d) compra de um contrato a termo
 - e) compra de um contrato padrão de índices futuros
- 72- Uma operação de *hedge* no mercado futuro consiste em travar um resultado futuro para uma posição do mercado a vista de um ativo. Indique, entre as afirmações abaixo, aquela que está incorreta no que diz respeito aos riscos e às dificuldades associados com o *hedging*.
- a) Determinação da quantidade de contratos necessários ao *hedge*.
 - b) Determinação se o melhor *hedge* é de compra ou de venda.
 - c) Determinação do mês de vencimento do *hedge* mais adequado.
 - d) Determinação da *commodity* cujo preço se correlaciona com o preço do ativo objeto do contrato futuro que se deseja *hedgear*.
 - e) Determinação do valor do prêmio do *hedge*.
- 73- O lançador de uma opção de compra, quando tem a sua posição exercida, torna-se um
- a) comprador a vista
 - b) comprador de uma opção de venda
 - c) vendedor a vista
 - d) vendedor de uma opção de venda
 - e) comprador a termo

74- Uma posição coberta no mercado de opções é aquela

- a) na qual o titular possui os títulos objeto depositados e bloqueados em custódia
- b) na qual o lançador possui os títulos objeto depositados e bloqueados em custódia
- c) na qual o titular possui garantias depositadas e bloqueadas em custódia
- d) na qual o lançador possui garantias depositadas e bloqueadas em custódia
- e) em que o titular compra os títulos objeto do lançamento

75- Entre as afirmações abaixo, sobre o funcionamento dos mercados futuros e de opções, assinale a incorreta.

- a) O valor teórico de uma opção de compra está diretamente relacionado com o preço a vista da ação objeto.
- b) O valor teórico de uma opção de venda está inversamente relacionado com o preço a vista da ação objeto.
- c) O valor de um índice futuro de ações no dia do vencimento é igual ao valor do índice a vista.
- d) Um contrato a termo é equivalente a um contrato futuro quando os prazos dos vencimentos são diferentes.
- e) O valor futuro de um índice de ações é equivalente ao preço base do índice acrescido da taxa de juros esperada para o período.

76- Entre os fatores abaixo, indique aquele que não afeta o preço de uma opção de compra e o de uma opção de venda.

- a) preço de mercado do ativo-objeto
- b) preço do exercício
- c) taxa de juros livre de risco
- d) volatilidade estimada do preço do ativo-objeto
- e) volatilidade do índice futuro de ações

77- Entre as afirmações abaixo, assinale a incorreta quanto ao funcionamento dos Mercados de Futuros, Opções e *Swaps*.

- a) Os contratos de *Swaps* podem ser negociados e registrados tanto nas Bolsas de Futuros como nos mercados de balcão.

- b) Os contratos de *Swaps* negociados nos mercados de balcão organizado não precisam de garantias nem contam garantia de liquidação.
- c) Os contratos de *Swaps* podem ser registrados nas Bolsas com ou sem garantias.
- d) Os contratos de futuros e de opções nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros são contratos padronizados e impessoais.
- e) Todos os contratos de *Swaps* registrados em Bolsas (com garantia ou sem garantia) têm sua liquidação assegurada.

78- Uma companhia cotada em bolsa de valores pagará um dividendo esse ano de R\$1,00 por ação. Há expectativa de uma taxa de crescimento estável para o lucro e o dividendo esperado dessa companhia para os próximos anos de 0,09 (9%), a taxa de retorno de um título de longo prazo sem risco é de 0,13 (13%) ao ano. Usando o modelo de precificação de Gordon, podemos afirmar que o valor para as ações dessa companhia, pela ótica dos investidores, será igual a:

- a) R\$ 27,25
- b) R\$ 30,00
- c) R\$ 25,00
- d) R\$ 35,00
- e) R\$ 40,00

79- As operações em bolsas de valores de compra seguida de uma venda (ou vice-versa) de um mesmo ativo (ação ou contrato futuro ou opção sobre uma ação), realizadas por intermédio de uma mesma corretora, em nome de um mesmo investidor, no mesmo dia (pregão) denomina-se operação:

- a) vinculada
- b) a termo
- c) casada
- d) de *day trade*
- e) travada

80- A ação de uma companhia que tem opções de compra e de venda negociadas na Bovespa teve a seguinte evolução nas cotações ao longo dos dias de uma semana:

Segunda-feira - abertura R\$ 56,50
- fechamento R\$ 60,00;
Terça-feira - abertura R\$ 65,00
- fechamento R\$ 60,00;
Quarta-feira - abertura R\$ 55,00;
- fechamento R\$ 50,00.

Podemos afirmar que na abertura de quinta-feira, mantidas a volatilidade e a taxa de juros sem risco constante,

- a) a opção de compra com preço de exercício mais próximo à cotação a vista teve uma valorização em sua cotação em relação à abertura de segunda-feira
- b) a opção de venda com preço de exercício mais próximo à cotação a vista teve uma desvalorização em sua cotação em relação à abertura de segunda-feira
- c) as opções tanto de compra como as de venda não oscilaram ao longo do período
- d) a opção de venda com preço de exercício mais próximo à cotação a vista teve uma valorização em sua cotação em relação à segunda-feira
- e) o índice futuro da bolsa apresentou valorização negativa no período

